

Diálogo y política

Diálogo e política

Coord. Maria Teresa Nascimento

Introdução: o Diálogo e a Política

Maria Teresa Nascimento
Universidade da Madeira
marjesus@uma.pt

A capacidade multifacetada do diálogo, revelada no hibridismo de temas e formas, soube evidenciar-se através da adequação a novas épocas, contextos e ideologias.

Para o ilustrar, escolhemos, para tema de reflexão e análise, *O Diálogo e a Política*, neste número da Revista *Limite*. Estamos perante uma linha de indagação bastante fecunda, tal como concluímos pelos estudos que há anos vimos empreendendo. Comprovada que foi, por nós, a fortuna do Diálogo na Literatura Portuguesa do Renascimento e do Maneirismo (*O Diálogo na Literatura Portuguesa. Renascimento e Maneirismo*) investigações continuadas e publicações esparsas, a que também vimos procedendo, vão, igualmente, no sentido de confirmar a vitalidade do género em séculos posteriores. O exercício da política, nas suas múltiplas formas, que podem revestir declarações de adesão, de divulgação de uma determinada ideologia ou, pelo contrário, a da resistência em momentos mais críticos da História Portuguesa, representa apenas uma das infindáveis ramificações temáticas do diálogo. Chegado ao Séc. XIX, o tema encontra condições propícias para um extraordinário florescimento: sob o espectro das Invasões Francesas, primeiro, depois com a situação dúbia da soberania portuguesa criada com a manutenção da Corte no Brasil ou com as dissidências entre corcundas e liberais.

Não obstante, o arco cronológico abrangido pelos colaboradores deste número não vai além de 1608, ano da publicação do *Diálogo do Sítio de Lisboa*, o que deixa ainda um vasto campo a explorar para futuras incursões no tema.

Referir-nos-emos, seguidamente, às principais linhas de análise presentes nos cinco artigos que compõem o dossiê.

Margarida Santos Alpalhão sublinha o significado do *Diálogo de Robim e do Teólogo*, não apenas pela sua inscrição numa família textual mais vasta, representada por Martím Pérez e Clemente Sánchez de Vercial, mas também pelo papel precursor do género que atingirá grande vigor no Séc. XVI.

Ao desígnio catequético e didáctico de formação do bom cristão, o Diálogo alia uma dimensão política: a definição do âmbito de aplicação e de separação entre Direito Civil e Direito Canónico.

Já Márcio Muniz selecciona um *corpus* de análise colhido no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Tratando-se de diálogos, não estamos, todavia, perante um conjunto dotado das mesmas características genológicas daqueles que compõem o restante dossiê, até porque o propósito do ensaio é o de confirmar a teatralidade dos textos de Anrique da Mota. Para tanto, a reflexão e os argumentos aduzidos percorrem alguns dos principais contributos teóricos (José António Saraiva, Luiz Francisco Rebelo, José Augusto Bernardes, Jorge Osório) para a consideração da especificidade daqueles diálogos. Dissentindo de Luiz Francisco Rebelo ou de Bernardes – este último vê os referidos diálogos “sem as potencialidades narrativas que caracterizam o verdadeiro diálogo dramático” – Márcio Muniz inscreve-os no campo da dramaturgia, à qual apenas o *Clérigo* se subtrai.

O artigo de Muniz, *Anrique da Mota: diálogos dramáticos e questões políticas*, não termina, sem antes observar o modo pelo qual o conjunto analisado documenta algumas políticas sociais da época.

Insistindo também num determinado contexto político-ideológico, desta vez, o responsável pelo silenciamento da voz feminina, Sheila Hue invoca a tratadística de Juan Luis Vives, do Dr. João de Barros ou de Fr. Luis de León para corroborar a sua argumentação centrada no diálogo quinhentista português.

Partindo da constatação da reduzida expressão da voz feminina nos diálogos, em Portugal, a autora destaca como excepções os casos de João de Barros (*Diálogo de preceitos morais com pratica deles em modo de jogo*), Francisco de Moraes (*O Diálogo em estilo jocoso de amores de uma regateira com um moço da estribeira*), Francisco de Holanda (*Diálogos em Roma*), Luísa Sigeia (*Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata*) e Garcia da Horta (*Colóquios dos simples e drogas da Índia*).

Caterina, a Regateira, Vitoria Colonna, Blesilla e Flaminia, Paula de Andrade e a Serva suscitam em Sheila Hue uma reflexão circunstanciada que aprecia o modo como a participação no diálogo faz as personagens representantes de uma determinada mundividência.

Os *Diálogos de Vária História*, de Pedro de Mariz, mais propriamente o seu “Diálogo Segundo”, são analisados por Isabel Barros Dias sob o prisma da “Argumentação e Política”, que propõe uma leitura orientada por diversos vectores onde se conjugam a exaltação do Reino de Portugal com o seu favorecimento assente em desígnios providencialistas, revisitados pelo historiador. É igualmente sob o tom providencialista, desde D. Afonso Henriques até Filipe I que, na edição segunda de 1599 dos *Diálogos*, se preconizará a apologia de uma União Ibérica, o que leva Isabel Barros Dias a afirmar que Pedro de Mariz não teme a polémica, nem recusa ser “porta-voz de posições político-religiosas da época”.

Escrito também sob a monarquia dual, encontramos o *Diálogo* de Luís Mendes de Vasconcelos. Conduzidos por Aurelio Vargas Díaz-Toledo e *La Cuestión de la Capitalidad en la Obra de Luís Mendes de Vasconcelos: do Sítio de Lisboa (1608)*, remontaremos até 1561 para uma breve resenha sobre a escolha da capital do império hispânico no período filipino. A juntar à alternância entre Valladolid e Madrid, ganhará alguma robustez a opinião de todos quantos elogiando as qualidades de Lisboa, reivindicavam o seu lugar como capital do império filipino. É neste contexto que é lido o *Diálogo*, no qual se defende a transferência da Corte para a capital portuguesa, cujos atributos são discutidos e enaltecidos entre as três personagens: um Político, um Soldado e um Filósofo.

Concluída a sumária apresentação de cada ensaio, importa agora agradecer a todos os estudiosos que quiseram contribuir com os seus trabalhos para que este número de carácter monográfico se pudesse concretizar.

A vastidão da matéria e o reduzido número daqueles que têm consagrado a sua atenção ao diálogo português faz com que muito esteja ainda por descobrir, neste que é um dos filões mais promissores da literatura portuguesa. A tarefa é hercúlea, mas esperamos sempre que a ela se juntem novos investigadores.